

# cadernos



INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA PARA ESTUDOS  
SOBRE OS ESTADOS UNIDOS  
NATIONAL INSTITUTE OF SCIENCE  
AND TECHNOLOGY FOR STUDIES  
ON THE UNITED STATES



## ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO GOVERNO OBAMA

Igor Fuser e Kelly de Souza Ferreira

Cadernos Cedec nº 88  
(Edição Especial Cedec/INCT-INEU)  
Setembro de 2010

# **ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA DO GOVERNO OBAMA<sup>1</sup>**

**Igor Fuser<sup>2</sup> e Kelly de Souza Ferreira<sup>3</sup>**

**Cadernos Cedec nº 88  
(Edição Especial Cedec/INCT-INEU)**

**Setembro de 2010**

---

1 Esta publicação contou com o apoio financeiro do CNPq, através do Programa INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia) (Processo nº 573860/2008-4), e da FAPESP (Processo nº 2008/57710-1).

2 Mestre em Relações Internacionais, doutorando em Ciência Política na USP e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) (igorfuser@gmail.com).

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas, da Unesp, Unicamp e PUC-SP (PPGRI) e pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) (kelly.ferreira@gmail.com).

# **CADERNOS CEDEC**

**EDIÇÃO ESPECIAL CEDEC / INCT-INEU**

## CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS

Adrián Gurza Lavalle, Alvaro de Vita, Amélia Cohn, Brasílio Sallum Jr., Cicero Araujo, Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn, Gildo Marçal Brandão, Leôncio Martins Rodrigues Netto, Marco Aurélio Garcia, Miguel Chaia, Paulo Eduardo Elias, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

## DIRETORIA

Presidente: Brasílio Sallum Jr.  
Vice-presidente: Sebastião C. Velasco e Cruz  
Diretor-tesoureiro: Aylene Bousquat  
Diretor-secretário: Maria Inês Barreto

Cadernos Cedec

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

São Paulo: Cedec, agosto de 2009

Periodicidade: Irregular

ISSN: 0101-7780

## APRESENTAÇÃO

Os Cadernos Cedec têm como objetivo a divulgação dos resultados das pesquisas e reflexões desenvolvidas na instituição.

As atividades do Cedec incluem projetos de pesquisa, seminários, encontros e workshops, uma linha de publicações em que se destaca a revista Lua Nova, e a promoção de eventos em conjunto com fundações culturais, órgãos públicos como o Memorial da América Latina, e centros de pesquisa e universidades como a USP, com a qual mantém convênio de cooperação.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos de origem com a cidadania, a democracia e a esfera pública confere ao Cedec um perfil institucional que o qualifica como interlocutor de múltiplos segmentos da sociedade, de setores da administração pública em todos os níveis, de parlamentares e dirigentes políticos, do mundo acadêmico e da comunidade científica.

O que é o INCT-INEU?

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos está voltado precipuamente à análise das relações exteriores do Estado norte-americano. Dada a centralidade desse país no sistema mundial, o escopo do Instituto é bastante amplo. Como os Estados Unidos há muito definem seus interesses em perspectiva global e desde a Segunda Guerra os perseguem de forma conseqüente nesse âmbito, o trabalho do Instituto envolve consideração dos regimes internacionais e dos contextos regionais em que se exerce a ação do Estado norte-americano.

# SUMÁRIO

**POSFÁCIO 7**

**1. INTRODUÇÃO 7**

**2. OS PROJETOS DA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA 8**

**3. UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR 9**

**4. CONCLUSÃO 12**

## Resumo

No projeto de reformulação da política energética dos Estados Unidos, anunciado durante a campanha eleitoral, o presidente Barack Obama apresenta a crise no suprimento e consumo de energia no país como uma situação emergencial e propõe, como alternativa, um programa tão ambicioso quanto atraente. O conjunto de propostas abrange desde a proteção ambiental (cortes nas emissões de gases causadores do aquecimento global) à segurança energética (redução drástica das importações de combustíveis), do incentivo à substituição do petróleo pelo etanol até a elevação da eficiência energética. O American Clean Energy and Security Act, aprovado no Congresso em junho de 2009, transforma esse programa em política de governo. O dilema é saber se as medidas são suficientes para enfrentar a crise energética e a catástrofe ambiental, considerando, entre outros fatores, os padrões culturais de alto consumo energético da sociedade norte-americana, os limites dos mecanismos de mercado no combate ao aquecimento global e a opção preferencial pelo etanol (que, nos Estados Unidos, tem como matéria-prima o milho), com sérios riscos ao meio-ambiente e à segurança alimentar.

Palavras-chave: Políticas energéticas; Obama; American Clean Energy and Security Act

## ABSTRACT

In the project of reformulation of the United States Energy Policy announced in the electoral campaign, the president Barack Obama have advertised the crises in supply and consume of energy in the country as an emergency situation and propose an alternative a program so ambitious as attractive. The set of proposals cover since the environmental protection (cuts in emissions of gases cause of global warming) to energy security (sharply reduction of fuel importation), incentives to the substitution of fossil fuels to ethanol and the improvement of energy efficiency. The American Clean Energy and Security Act, approved by the congress in June 2009, changes this program into real policies. The dilemma is to know if this measures are sufficient to handle with the energy crises and the environmental catastrophe, considering among other factors, that the high energy consumption is a traditional cultural behavior of the north-American society, the limits of market mechanisms in the struggle against the global warming and the preferential option by ethanol (in the United States the raw material of ethanol is corn), with serious risks to the environment and food security.

Keywords: Energy policy; Obama; American Clean Energy and Security Act

## POSFÁCIO

Dois anos depois que Obama assumiu a presidência dos EUA, sua principal iniciativa para reforma do setor energético (a Energy Bill) continuava bloqueada no Senado. Em julho de 2010, a bancada de senadores democratas fez um derradeiro esforço para obter os 60 votos necessários para superar a resistência da maior parte dos republicanos antes das eleições legislativas de novembro. Para isso, os governistas abriram mão de um dos pontos centrais da proposta – os limites às emissões de gases causadores do efeito estufa por meio do mecanismo conhecido como “cap and trade” (limitar e comercializar), utilizado com sucesso na Europa e no Japão. Na nova proposta, os índices máximos de emissões seriam adotados apenas como uma referência indicativa para os atores econômicos, sem a obrigatoriedade do seu cumprimento. Ainda assim, a resistência dos senadores republicanos se mostrou intransponível. Com as pesquisas de opinião que indicam a formação de uma maioria republicana nas duas casas do Legislativo – a Câmara de Representantes e o Senado –, as previsões para o projeto de Obama para a energia e o meio-ambiente pareciam sombrias.

### 1. INTRODUÇÃO

As propostas de Barack Obama nos campos da energia e do meio ambiente, um dos pilares de sua campanha eleitoral, foram adotadas oficialmente como a nova política energética dos Estados Unidos a partir da aprovação pela Câmara dos Representantes, em junho de 2009, do American Clean Energy and Security Act (Lei Americana de Energia Limpa e Segurança – ACESA, na sigla em inglês). Os objetivos são altamente audaciosos: eliminar a dependência do petróleo importado e elevar o país a uma posição de liderança no combate ao aquecimento global. Essas duas metas se combinam num conjunto de iniciativas articuladas em torno da redução do uso de combustíveis fósseis, que atualmen-

te constituem a base da matriz energética norte-americana. Nas próximas quatro décadas, os EUA completariam sua transição para uma “economia energética de baixo-carbono” (low carbon energy economy), erguida sobre os pilares do uso eficiente da energia, do predomínio das fontes energéticas renováveis e da sustentabilidade ambiental. O plano de Obama inclui a redução drástica das importações de petróleo (um corte equivalente aos suprimentos fornecidos ao país pelo Oriente Médio e Venezuela), a redução em 80% dos gases causadores de efeito estufa até 2050, a criação de milhões de empregos na chamada “economia verde” e medidas de alívio para as famílias atingidas pela elevação das despesas com energia em decorrência das mudanças a serem implementadas.

A “economia energética de baixo-carbono” é um modelo que busca agregar valores de proteção ambiental e segurança energética à área econômica, criando assim políticas que estimulem infraestruturas sustentáveis. Trata-se de um projeto com objetivos de longo prazo, tendo como eixo principal a produção de energia limpa. Suas implicações abrangem as políticas social, econômica e externa. Essa nova política energética ganhou prioridade no governo Obama por diversos fatores, desde o agravamento das condições ambientais no mundo inteiro e a comprovação científica da ação humana como principal responsável pelo aquecimento global, até o efeito psicológico de catástrofes como o furacão Katrina, cujas causas são associadas à degradação ambiental. Problemas econômicos, em especial a alta dos preços do petróleo, que atingiram o patamar dos 150 dólares por barril em julho de 2008, e os conflitos militares vinculados à necessidade estratégica do controle das reservas de combustível no exterior, tais como a guerra no Iraque, intensificaram o sentimento de urgência em relação à busca de novas fontes energéticas e à redução da dependência.

Assim como a própria candidatura de Obama, a nova política energética surgiu como resposta aos impasses da administração de George W. Bush, que deixou como herança a atual crise econômica, a erosão da influência dos EUA no cenário internacional e

o agravamento da dependência energética. Existem enormes diferenças entre as políticas dos dois presidentes. Nos dois mandatos de Bush, a busca da segurança energética se concentrava na maximização da produção doméstica de petróleo, o que incluía o apoio governamental a projetos polêmicos, como as perfurações petrolíferas off shore no litoral da Califórnia e em áreas de proteção ambiental no Alasca – propostas que suscitavam a oposição de amplos setores da sociedade devido ao seu impacto ambiental. Bush também defendia a retomada da expansão das usinas nucleares e, no plano internacional, recusava apoio a iniciativas multilaterais, como o Protocolo de Kyoto. Em contraste, o governo de Obama rejeita a exploração de petróleo em áreas ambientalmente sensíveis e descarta (ainda que com alguma ambiguidade) a energia nuclear como um componente importante da solução para os impasses energéticos, ao mesmo tempo em que manifesta uma clara disposição de se juntar aos esforços multilaterais de controle climático.

O pacote de medidas no campo energético e ambiental foi anunciado no contexto de uma crise econômica apontada pelos especialistas como a mais grave desde a Grande Depressão. O quadro de dificuldades financeiras, que poderia se tornar um impedimento para as elevadas despesas estatais inevitáveis num projeto desse porte, acabou sendo utilizado pela equipe de Obama como argumento para a aprovação de suas propostas pelos congressistas. Simplesmente, a gravidade da crise econômica jogou para segundo plano a “austeridade fiscal”, suplantada por um grande consenso no establishment dos EUA em favor de uma abordagem keynesiana para o enfrentamento da crise. Isso implica, na prática, um aporte gigantesco de dinheiro público com vistas a reativar a economia cambaleante. Os 150 bilhões de dólares do pacote energético-ambiental se diluem em uma dívida pública que já ultrapassava, no final do primeiro semestre de 2009, a marca do 7 trilhões. No contexto de crise, o grande trunfo do governo em favor de suas propostas foi a perspectiva da criação de “empregos verdes” e do uso racional, em favor de uma economia sustentável e

autossuficiente em energia, de recursos públicos que o Estado teria de investir de qualquer maneira.

Este trabalho apresentará os principais tópicos da política energética de Obama e discutirá alguns dos problemas que podem impor limites ao seu sucesso ou ameaçar sua viabilidade.

## 2. OS PROJETOS DA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA

Os investimentos previstos no American Clean Energy and Security Act (ACESA) abarcam uma vasta gama de objetivos em quatro grandes áreas: transportes e combustíveis, eletricidade, combate ao aquecimento global e, finalmente, políticas de proteção social e de geração de empregos.

a) Transporte e combustíveis – O governo pretende que até 2016 todos os meios de transporte público sejam substituídos por veículos elétricos ou que utilizem combustíveis renováveis. Quanto à frota de caminhões e carros, busca-se simultaneamente o aumento da eficiência energética e a substituição dos derivados do petróleo por outras fontes, como os biocombustíveis e a eletricidade. Nesse sentido, o plano de Obama obriga a indústria automobilística dos EUA a lançar, já em 2011, apenas veículos que consumam no máximo 6,7 litros de combustível a cada 100 quilômetros, em comparação com os atuais 8,7 litros. A meta é que, em 2016, a frota norte-americana de caminhões e carros seja 40% mais “limpa” do que é hoje, ou seja, que reduza nesse percentual a emissão de gases causadores do efeito estufa. Também está prevista a substituição maciça dos atuais veículos por novos modelos, dotados de motores híbridos ou flex fuel – capazes, portanto, de se locomover tanto com derivados de petróleo (gasolina ou diesel) quanto com biocombustíveis e eletricidade. No prazo de quatro anos, todos os novos veículos devem ser do tipo flex fuel. Em 2015, pelo menos 1 milhão de carros híbridos deverão contar com motores plug in, ou seja, veículos elétricos movidos por uma bateria



que pode ser carregada diretamente por meio de uma tomada.

No campo dos combustíveis, Obama planeja um forte estímulo à produção de etanol, com ênfase em biocombustíveis de nova geração, como o etanol da celulose, e nas pesquisas voltadas para a produção de petróleo sintético a partir de insumos sustentáveis.

b) Eletricidade – O plano visa a diversificação das fontes de produção de energia elétrica, de maneira que até 2012 pelo menos 10% da energia elétrica produzida seja proveniente de fontes renováveis e que em 2025 seja atingida a marca de 25%. Para estimular os governos estaduais e locais foi criado o Renewable portfolio standard (RPS), um programa onde cada estado ou governo local se compromete em produzir pelo menos 10% da energia elétrica de sua respectiva área a partir de fontes renováveis. A meta, em escala nacional, é que até 2025 a participação das fontes renováveis no conjunto da eletricidade consumida aumente dos atuais 2% para 25%.

Outro ponto importante na agenda para o setor elétrico é o avanço das tecnologias “limpas” de carvão, com o desenvolvimento acelerado de plantas de carvão com emissão zero de carbono. A aposta, nesse sentido, se volta para as pesquisas para o chamado “sequestro de carbono”, em que os poluentes oriundos da geração de eletricidade nas plantas de carvão são armazenados nas próprias minas onde se obtém o combustível. Em paralelo, o programa propõe inovações importantes na forma como se transmite eletricidade e se monitora o seu uso – no conjunto, essa reestruturação tecnológica foi batizada de smart grid (a “rede inteligente”). Estão incluídas no pacote, entre outras, medidas para melhorar a eficiência do uso de eletricidade nos edifícios e a redução do consumo de energia no governo federal.

c) Redução das emissões de dióxido de carbono – Espera-se atingir, em 2050, uma redução de 80% nos gases causadores do efeito estufa, tendo como referência as cifras de 1990. Para se alcançar essa cifra, os EUA adotarão o sistema de “cap-and-trade” (“limitar e comercializar”), ou seja, a fixação de limites de emissão

de carbono, combinada com a implantação de um mercado de créditos e de direitos de emissão. Essa proposta se inspira no mercado de crédito de carbono criado na Europa e no Japão a partir da aplicação dos Protocolos de Kyoto.

d) Auxílio aos atingidos pela transição energética e criação de empregos – Os recursos arrecadados na venda dos direitos de emissão serão utilizados para sustentar a transição para as fontes renováveis e para amortecer os impactos sobre as famílias que tiverem aumentos de despesas em decorrência da mudança para energias “limpas”. Quanto à geração de empregos, a equipe de Obama argumenta que a eventual eliminação de postos de trabalho em áreas ligadas à “economia do carbono” (carvão convencional e derivados do petróleo) será mais do que compensada pela geração de mais de 5 milhões de novos empregos, bem remunerados e altamente qualificados. Esses “empregos verdes”, como são chamados, incluem desde profissionais contratados para a instalação de placas de geração de energia solar às vagas criadas para a pesquisa e o desenvolvimento de novos combustíveis e formas de armazenamento de energia. O orçamento da nova política energética prevê uma verba de 5 bilhões em apoio financeiro para que as famílias de baixa renda possam se adaptar às novas políticas energéticas; 6,3 bilhões para governos estaduais e locais; 600 milhões para programas de treinamento de “trabalhadores verdes”, e 2 bilhões para pesquisa de armazenamento de energia, além dos recursos destinados às demais áreas nas políticas energéticas.

### 3. UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR

A política energética do governo Obama já tem sido chamada de “o New Deal verde” (referência ao célebre plano de recuperação econômica de Franklin Roosevelt nos anos 30) por utilizar-se da estratégia de política e segurança energética como uma tábua de salvação num contexto de crise econômica. A adoção

de uma “economia de baixo-carbono” corresponde a um grande número de demandas da sociedade norte-americana ao governo. Para colocar em prática as novas políticas energéticas, serão necessários novos postos de trabalho nos mais diversos níveis de hierarquia, além do lançamento de programas de capacitação de novos trabalhadores. Essas iniciativas atendem, em grande medida, às expectativas relacionadas com o impacto social da nova legislação.

A estrutura de financiamento dos projetos pelo governo injeta dinheiro em uma economia debilitada e promove a expansão do crédito. Com essas iniciativas, espera-se obter a redução do desemprego, o aumento do poder de compra da população e a criação de novas formas de investimento para o curto e o longo prazos. Abre-se também a possibilidade de um novo ramo de exportação: o da tecnologia de biocombustíveis e até o próprio biocombustível. Para os que se preocupam com a “segurança energética” dos EUA, a redução (ou, como sugere o governo, eliminação) da dependência externa do petróleo favorece a posição estratégica do país, já que o abastecimento de combustíveis não ficará à mercê de outros Estados, nem sempre “amistosos”. Com isso, as atividades militares em regiões consideradas “instáveis” podem ser reduzidas ou até abandonadas. Essa nova política energética também favorece a imagem internacional dos EUA, demasiadamente abalada durante o duplo mandato de Bush, quando o país ficou com o estigma de vilão ambiental.

Ainda assim, uma série de elementos que podem limitar o alcance dessas reformas e até mesmo inviabilizar algumas dessas metas tem sido apontados por um grande número de analistas, dentro e fora dos EUA. Entre eles, podemos destacar os seguintes:

a) Os biocombustíveis como tábua de salvação – Em grande medida, o programa energético de Obama se sustenta sobre os subsídios maciços aos agricultores norte-americanos que produzem o milho utilizado na produção do etanol. Como se sabe, o etanol do milho tem um baixo rendimento energético, comparado, por exemplo, com o etanol da cana-de-açúcar,

produzido em grande escala no Brasil. Para cada unidade energética investida na produção do etanol do milho, obtém-se apenas 1,2 a 1,6 em capacidade de energia, enquanto no etanol da cana essa proporção é cinco vezes maior. Outra desvantagem do etanol do milho é o seu impacto sobre os preços dos alimentos. Nos últimos anos, o desvio de grande parte das safras de milho nos EUA para a fabricação de combustível inflacionou os preços das rações para o consumo animal, elevando os preços de uma série de produtos, como os ovos, o leite e as carnes de aves, gado e suínos. Além disso, o cultivo de vegetais destinados aos biocombustíveis ocupa uma vasta quantidade de terras e demanda enormes volumes de água, gerando pressões sobre as áreas de vegetação preservadas e acelerando o esgotamento dos mananciais.

Igualmente polêmico é o pretendido recurso ao etanol da celulose, que implica a utilização de todo tipo de vegetal – árvores, resíduos de colheita, arbustos etc. – como matéria-prima na produção de combustível. Daí vem a expressão “biocombustíveis de segunda geração”, considerando-se como “primeira geração” o etanol e o biodiesel em uso atualmente. Mas a adoção do etanol da celulose é ainda incerta, dados os obstáculos tecnológicos para se obter uma relação custo-benefício vantajosa. Em todas as tentativas feitas até agora, a energia despendida para transformar a celulose em etanol foi superior ao rendimento energético do combustível obtido. E ainda existe o agravante de que, nesse processo, consomem-se grandes volumes de combustíveis fósseis (petróleo, carvão), com impactos sobre o aquecimento global.

b) Compromisso ambiental insuficiente – Entidades ambientalistas criticam plano de Obama por estabelecer metas de redução da poluição muito inferiores às aquelas que os cientistas consideram necessárias para evitar uma mudança climática catastrófica. Essas mesmas entidades apontam a existência, no projeto oficial, de inúmeras brechas que permitem às indústrias mais poluidoras manter inalterados seus atuais níveis de emissão de carbono até 2027. O corte de 80% até 2050 é bem inferior

à meta estabelecida pelos países da União Europeia, já que, nos EUA, a base de cálculo é o ano de 1990, e não 2005, a referência dos governos europeus. Nesse intervalo de quinze anos, entre as duas datas, as emissões de carbono norte-americanas aumentaram de 5,8 bilhões para 7 bilhões de toneladas. Mais grave ainda: as reduções dos EUA previstas pela nova lei ambiental para a próxima década, até 2020, são bastante modestas, de apenas 17%. Isso significa, na prática, que as emissões mais poluidoras poderão passar os próximos seis ou sete anos sem efetuar redução alguma, concentrando os cortes no período final do prazo estabelecido.

A insatisfação com as concessões do governo de Obama aos interesses empresariais levou um conjunto de entidades ambientais, lideradas pelos Amigos da Terra e pelo Greenpeace, a condenar a proposta apresentada ao Congresso, a ponto de pedirem sua rejeição. Os ambientalistas protestam também contra os capítulos na nova legislação que permitem a ampliação do uso do carvão, uma fonte de energia ainda mais poluidora do que o petróleo. Os críticos destacam três graves problemas nessa área. Em primeiro lugar, a conversão do carvão em combustível líquido irá aumentar dramaticamente as emissões de carbono nos Estados Unidos. Em segundo lugar, os ambientalistas assinalam que as tecnologias para o “sequestro” do carbono emitido nesse processo – armazenando os gases poluentes em minas e poços de petróleo abandonados – possuem uma eficácia altamente duvidosa. A ideia do “carvão limpo” não passa de um mito, denunciam. Finalmente, a lei autoriza os métodos brutais de extração carbonífera, inclusive a destruição de áreas situadas no topo de várias montanhas na cadeia dos Apalaches para a retirada desse recurso energético.

c) A manutenção dos atuais padrões insustentáveis de uso da energia – A nova política energética busca, em última instância, preservar um estilo de vida que inclui entre os seus fundamentos os veículos individuais, o transporte em longas distâncias para atividades cotidianas como o trabalho, as compras e o lazer,

e o consumo ilimitado de recursos naturais. Os críticos da política de Obama consideram, nesse sentido, que as atuais propostas são muito mais conservadoras do que as que o presidente Jimmy Carter tentou implementar na segunda metade da década de 70, no contexto da chamada “crise do petróleo”. Ainda que todas as propostas da nova política energética sejam implementadas, os EUA continuarão a consumir uma parcela dos recursos do planeta imensamente maior do que a proporção dos seus habitantes na população global.

Na visão dos críticos, a política energética do governo Obama altera apenas os mecanismos relacionados com a oferta de energia, em especial a relação entre as diferentes fontes que compõem a sua matriz, deixando intocados os hábitos de consumo da sociedade norte-americana, claramente insustentáveis. Um ponto de especial destaque, nesse raciocínio, é a manutenção da ênfase ao transporte individual. O grande problema do abastecimento de energia nos EUA é que o consumo de petróleo está cada vez mais concentrado no setor de transportes, que se tornou o principal causador do crescimento da demanda desse combustível. Os transportes respondem por 85% do aumento do consumo de petróleo entre 1985 e 2000. Uma outra maneira de medir esse fenômeno é olhar para a parcela do transporte no consumo de petróleo nos EUA, que não pára de crescer, passando de 54% em 1978 para 67% em 2000 (DoE 2005). Segundo o Wall Street Journal, entre 1970 e 2000 a população dos Estados Unidos aumentou 32%; os titulares de carta de motorista, 63%; o número de veículos, 90%; e a distância total percorrida por ano, 132%. Essas estatísticas mostram que nenhuma política de controle da demanda pode dar certo nos EUA se não modificar os padrões de consumo de combustível nos transportes.

A dificuldade de reduzir o consumo de energia – e a intensidade do uso do automóvel – nos EUA tem a ver com uma questão cultural fortemente arraigada. Os norte-americanos cultivam um estilo de vida no qual o carro ocupa um papel central. Conforme comenta Matthew Yeomans,

“a maioria da população depende do carro para ir ao trabalho, para sair para o almoço, para levar os filhos à escola. Os motoristas norte-americanos tomam o seu café-da-manhã dentro do carro, tratam de negócio pelo telefone celular enquanto dirigem e têm muito mais chances de comprar um automóvel por causa da qualidade do seu sistema de entretenimento a bordo com DVD do que pela economia de combustível que proporciona.”

Para o sociólogo David Nye, o alto grau de consumo de energia nos EUA não pode ser explicado somente por padrão de vida elevado de grande parte dos seus cidadãos. Numa comparação entre a qualidade de vida média dos norte-americanos e a dos europeus-ocidentais, elas praticamente se equivalem. Mas a diferença no consumo de energia é gritante. Em 1989, o consumo energético per capita na então Alemanha Ocidental era equivalente a 5.391 kg de carvão, enquanto nos EUA era de 10.124 kg. Para David Nye, “o estilo de vida altamente consumidor de energia das famílias norte-americanas é uma parte central do problema”. Além do uso quase exclusivo de automóveis para o transporte, ele menciona a preferência dos norte-americanos por casas individuais em vez de apartamentos. Essas casas são abastecidas com sistemas individuais de aquecimento em vez dos sistemas centralizados, mais eficientes. “Para esses consumidores”, observa o sociólogo, “o acesso ilimitado à energia é considerado um direito norte-americano inalienável.”

## 4. CONCLUSÃO

As novas medidas de política energética e ambiental nos Estados Unidos, sob a presidência de Barack Obama, representam um avanço importante em relação à postura que predominou nos governos anteriores. No entanto, a nova legislação contém grandes lacunas, deficiências e ambiguidades que diminuem dramaticamente a sua eficácia como meio de enfrentar a atual crise ecológica planetária. O establishment norte-americano se

recusa a adotar uma legislação rigorosa contra o efeito estufa, preferindo apostar em mecanismos de mercado, particularmente o sistema do cap-and-trade, que, adotado na Europa e no Japão, fracassou até agora como estratégia de redução das emissões causadoras do aquecimento global.

Predomina na Casa Branca, assim como entre os governantes de quase todos os países, uma atitude de business as usual, limitada a enfrentar a iminente catástrofe ambiental com medidas pontuais de ajuste. Deposita-se uma elevada confiança em soluções tecnológicas que ainda são meras expectativas, ao mesmo tempo em que se recusa a propor a mais leve restrição às práticas de consumo ilimitado que constituem o chamado American way of life. A contradição básica da moderna sociedade industrial, apontada pelo teórico norte-americano James O'Connor, permanece intocada: a ilusão de que é possível um crescimento econômico ilimitado em um planeta em que os recursos naturais são finitos, e onde a capacidade de absorção dos resíduos já ultrapassou, em muito, as fronteiras que assinalam as possibilidades de reprodução da vida em uma escala sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- "ENERGY AND ENVIROMENT". White House Issues, 19 de Março de 2009. Disponível em: [http://www.whitehouse.gov/issues/energy\\_and\\_environment/](http://www.whitehouse.gov/issues/energy_and_environment/)
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. American Recovery and Reinvestment Act, de 17 de Fevereiro de 2009. U.S. Government Printing Office, Washington, DC, pp. 138-148. Disponível em: <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-111-publ5/content-detail.html>
- FUSER, I. 2008. Petróleo e poder – O envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. São Paulo: Unesp
- GOODWARD, J.; LADISLAW, S.; PERSHING, J.; PUMPHREY, D.; STALEY, B.; VERRASTRO, F.; ZYLA, K. 2009. "A roadmap for a secure, low carbon economy". Washington: Center for Strategic and International Studies, Fevereiro. Disponível em: [http://www.csis.org/media/csis/pubs/090204\\_energy\\_roadmap.pdf](http://www.csis.org/media/csis/pubs/090204_energy_roadmap.pdf)
- ISBELL, P. 2009. "A preliminary view of Obama's future energy policy". Madri: Real Instituto Elcano, Jan. 2009. Disponível em: [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano\\_eng/Content?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/Elcano\\_in/Zonas\\_in/International+Economy/DT2-2009](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_in/Zonas_in/International+Economy/DT2-2009)
- NICOLS, J. 2009. "Friends of the earth score energy bill as 'step backward'". The Nation, June 24. Disponível em: [http://www.thenation.com/blogs/thebeat/445688/friends\\_of\\_the\\_earth\\_score\\_energy\\_bill\\_as\\_step\\_backward](http://www.thenation.com/blogs/thebeat/445688/friends_of_the_earth_score_energy_bill_as_step_backward)
- NYE, D. E. 1999. "Path insistence: comparing European and American attitudes towards energy". Journal of International Affairs, vol. 53, nº1, Fall
- OBAMA, B. 2009. [Discursos] Remarks by the President on jobs, energy interdependence, and climate changes. Washington, D.C, 26 de Janeiro. Disponível em: [http://www.whitehouse.gov/blog\\_post/fromperiltoprogress](http://www.whitehouse.gov/blog_post/fromperiltoprogress). Acesso em: 11 Jun. 2009
- \_\_\_\_\_. [Discursos] Remarks by the President on clean energy. Newton, Iowa, 22 de Abril. Disponível em: [http://www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/remarks-by-the-president-in-newton-ia](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/remarks-by-the-president-in-newton-ia). Acesso em: 11 Jun. 2009
- O'CONNOR, J. 1989. "Political economy of socialism and capitalism". Capitalism, nature, socialism, nº 3, pp. 93-106
- RAPIER, R. 2008. "Obama's energy policy: listening when we disagree". The Oil Drum, November 12. Disponível em: <http://www.theoil drum.com/node/4739>
- YEOMANS, M. 2004. Oil: anatomy of an industry. New York, London: The New Press.

## **Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU)**

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) tem como objetivo produzir conhecimento qualificado sobre política externa americana para diferentes setores no Brasil, destacadamente, o universo acadêmico, empresarial e governamental.

### PRINCIPAIS TÓPICOS DE PESQUISA

#### POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

Subáreas: Política Comercial; Reforma Financeira; Investimento e Segurança

#### GRANDE ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS

Subáreas: EUA no Sistema Mundial; Política Energética; Ajuda Externa

#### O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA GLOBAL

Subáreas: Sistema Multilateral de Comércio; Organizações Econômicas Internacionais; Direitos Humanos; Combate ao Terrorismo

#### INTEGRAÇÃO E CRISE NA AMÉRICA DO SUL E A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS PARA A REGIÃO

Subáreas: Integração Regional; Relações com o MERCOSUL; Política de Segurança; Energia

### PESQUISADORES PRINCIPAIS

#### Comitê Gestor:

Tullo Vigevani - Coordenador Geral  
Sebastião C. Velasco e Cruz - Coordenador de Pesquisa  
Reginaldo C. C. de Moraes - Coordenador de Difusão de Conhecimentos  
Flávia de Campos Mello - Coordenadora de Ensino

#### Assistente da Coordenação:

Filipe Almeida Mendonça - Unicamp

#### Conselho Acadêmico:

Tullo Vigevani - Unesp/ Cedec  
Andrei Koerner - Unicamp  
Cristina Carvalho Pacheco - UEPB  
Flávia de Campos Mello - PUC-SP  
Jaime Cesar Coelho - UFSC  
Luis Fernando Ayerbe - Unesp  
Reginaldo Mattar Nasser - PUC-SP  
Reginaldo C. C. de Moraes - Unicamp  
Ricardo Alaggio Ribeiro - UFPI  
Sebastião C. Velasco e Cruz - Unicamp/Cedec



INCT-INEU

<http://www.inct-ineu.org.br>

[inct-ineu@inct-ineu.org.br](mailto:inct-ineu@inct-ineu.org.br)